

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.984 - SP (2019/0288327-7)

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS  
**ADVOGADOS** : ALDO DOS SANTOS PINTO - SP164096  
JOÃO CLÁUDIO VIEITO BARROS E OUTRO(S) - SP197758  
**AGRAVANTE** : ASSOCIACAO DO PLANO DE SAUDE DA SANTA CASA DE SANTOS  
**ADVOGADOS** : RAFAEL CANCHERINI SCARCELLO - SP289905  
MARIA LAURA VAZQUEZ PIMENTEL E OUTRO(S) - SP392657  
MESSALA OLIVEIRA CHAD - SP364789  
**AGRAVADO** : L E F DOS S (MENOR)  
**REPR. POR** : E A F  
**ADVOGADO** : MARCIO SOUZA THYRSO DE LARA - SP347567

### EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO DE IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS NÃO CONHECIDO.

### DECISÃO

L. E. F. DOS S., representada por E. A. F., ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com pedido indenizatório em desfavor de Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos e Associação do Plano de Saúde da Santa Casa de Santos, visando fossem as rés compelidas a custear os procedimentos urgentes indicados pelo médico-assistente, isto é, "cirurgia para correção de artrodese da coluna c/ instrumentação por seguimento e descompressão medular e/ou cauda equina", para o tratamento da enfermidade suportada pelo autor, bem como fossem condenadas ao pagamento de danos morais pela negativa injustificada dos referidos procedimentos.

O Magistrado de primeiro grau julgou procedentes os pedidos da inicial e condenou as requeridas, solidariamente, ao custeio do tratamento indicado e ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Em seguida, ambas as rés interpuseram recursos de apelação, aos quais a Quinta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu parcial

# Superior Tribunal de Justiça

provimento com vistas a reduzir o valor da indenização por danos morais para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

O acórdão foi assim ementado (e-STJ, fl. 871):

CERCEAMENTO DE DEFESA - Inocorrência - Elementos suficientes para o convencimento do juiz - Desnecessidade de outras provas - Preliminar rejeitada.

ILEGITIMIDADE PASSIVA - Desacolhimento - Responsabilidade solidária dos integrantes da cadeia de consumo - Preliminar afastada.

PLANO DE SAÚDE - Obrigação de fazer - Negativa de cobertura de procedimento cirúrgico de urgência - Procedência do pedido - Inconformismo das rés - Acolhimento em parte - Aplicação do disposto no art. 252 do RITJSP - Autor acometido de tipo raro de escoliose - Prescrição de cirurgia corretiva - Abusividade da negativa de cobertura de cirurgia emergencial - Prazo máximo de carência de 24 horas - Inteligência dos arts. 12, inc. V, alínea c, e 35-C, inc. I, da Lei n. 9.656/98 - Danos morais configurados - Quantum reduzido de R\$ 30.000,00 para R\$ 10.000,00 - Valor adequado e proporcional - Sentença reformada em parte para reduzir a indenização para R\$ 10.000,00 - Recursos parcialmente providos.

Preliminares rejeitadas e recursos parcialmente providos.

Inconformada, Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos interpôs recurso especial com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando violação aos arts. 11 e 35-C da Lei 9.656/1998; 1º, 4º e 10 da Lei 9.961/2000; 186, 187, 188, 421, 422, 927 e 944 do Código Civil; 17, 98, § 3º, 330, II, 337, XI, 338, 339, 369, 464, § 1º, 485, VI, e 1.022 do CPC/2015; 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276 e 277 da Lei 6.404/1976.

Sustentou, em síntese, negativa de prestação jurisdicional, ante a falta de fundamentação, e a ilegitimidade passiva da recorrente, uma vez que não é possível a formação de grupo econômico entre associações sem fins lucrativos.

Alegou, também, ter havido cerceamento de defesa em face do julgamento antecipado da lide.

Defendeu, ainda, a necessidade de redução do valor arbitrado a título de danos morais.

Contrarrazões às fls. 962-970 (e-STJ).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial, o

# Superior Tribunal de Justiça

que levou a insurgente à interposição do presente agravo.

Contraminuta às fls. 1.018-1.027 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, Segundo a jurisprudência assente deste Tribunal, é dever da parte agravante combater especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o desacerto do *decisum* que não admitiu o recurso especial, nos termos do que preconiza o art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 544, § 4º, I, 2ª PARTE, DO CPC/1973, ART. 253, PARÁGRAFO ÚNICO, INC. I, DO RISTJ E ART. 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se conhece do agravo em recurso especial que deixa de atacar especificamente e fundamentadamente todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade. Inteligência do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973, do art. 253, I, do RISTJ e do art. 932, III, do CPC/2015.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 856.456/AL, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/5/2016, DJe 16/5/2016);

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INCAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. ADMISSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 932, INCISO III, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

1. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo (art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 832.781/RS, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 5/5/2016, DJe 13/5/2016).

# Superior Tribunal de Justiça

A propósito, o referido entendimento foi confirmado pela Corte Especial do STJ no julgamento dos Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial n. 746.775/PR.

Confira-se:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, *caput*, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art.

1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp n. 746.775/PR, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, Relator p/ Acórdão o Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 19/9/2018, DJe de 30/11/2018).

No caso, consoante se depreende da decisão de admissibilidade recursal

# *Superior Tribunal de Justiça*

(e-STJ, fls. 982-983), o Tribunal local inadmitiu o processamento do apelo especial considerando os seguintes fundamentos: ausência de demonstração da legislação infraconstitucional supostamente violada, dada a referência a dispositivos legais desacompanhada da necessária argumentação, e incidência da Súmula 7 do STJ.

Da leitura da petição de agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 999-1.012), todavia, não se verifica a impugnação específica dos referidos fundamentos, tendo a agravante se limitado a deduzir alegações genéricas quanto a não aplicabilidade do óbice da Súmula 7/STJ e reiterar as mesmas razões anteriormente expendidas no recurso especial, circunstâncias que inviabilizam o conhecimento do agravo.

Dessa forma, a falta de ataque específico ao fundamento da decisão agravada encontra óbice no art. 932, III, do CPC/2015, desatendendo, assim, o princípio da dialeticidade.

Diante do exposto, não conheço do agravo em recurso especial de Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios anteriormente fixados, solidariamente, em desfavor de Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos de 10% (dez por cento) para 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, observada a gratuidade de justiça deferida à recorrente.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator